CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED LTDA. - UNICRED DO BRASIL

CNPJ/MF nº 00.315.557/0001-11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
Em milhares de reais

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante		**608.623**	**525.451**
Disponibilidades	3	9	76
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	101.422	145.900
Títulos e valores mobiliários	5	474.811	340.927
Relações interfinanceiras	6	5	1
Outros créditos	7	31.515	35.445
Outros valores e bens	8	861	3.102
Não circulante		**22.032**	**28.060**
Outros créditos	7	109	73
Investimentos	9	5	15
Imobilizado de uso	10	6.153	5.051
Intangível	11	15.765	22.921
Total do ativo		**630.655**	**553.511**

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante		**580.129**	**487.525**
Depósitos		–	113
Relações interfinanceiras	12	527.143	436.915
Outras obrigações	13	52.986	50.497
Não circulante		**1.519**	**1.256**
Outras obrigações	13	1.519	1.256
Patrimônio líquido	14	**49.007**	**64.730**
Capital social		37.308	48.979
Reserva de capital		4.053	4.053
Reservas de sobras		4.195	4.195
Sobras acumuladas		3.451	7.503
Total do passivo e patrimônio líquido		**630.655**	**553.511**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
Em milhares de reais

	Nota	2017	2016
Ingressos da intermediação financeira		**30.742**	**28.205**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.725	2.670
Títulos e valores mobiliários	5	25.017	25.535
Dispêndios da intermediação financeira		**(28.566)**	**(25.627)**
Operações de captação no mercado	12	(28.566)	(25.627)
Resultado bruto da intermediação financeira		**2.176**	**2.578**
Ingressos/Dispêndios operacionais		**(1.168)**	**2.445**
Ingressos de prestação de serviços	15	1.588	1.669
Dispêndios de pessoal e honorários	16	(20.216)	(19.766)
Outros dispêndios administrativos	17	(13.599)	(16.990)
Outros dispêndios tributários		(112)	(309)
Outros dispêndios operacionais		(107)	(761)
Outros ingressos operacionais	18	31.278	38.602
Resultado operacional		**1.008**	**5.023**
Resultado não operacional		**3.007**	**2.482**
Resultado antes da tributação		**4.015**	**7.505**
Imposto de renda e contribuição social		(564)	(2)
Sobra líquida do semestre		**3.451**	**7.503**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
Em milhares de reais

	2017	2016 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**1.731**	**4.289**
Sobra ajustada do semestre	7.562	10.853
Sobra líquida do semestre	3.451	7.503
Depreciações e amortizações	4.091	3.337
Residual de baixas de imobilizado de uso	5	13
Diminuição de Investimentos	15	–
(Aumento) redução nos ativos	**(65.864)**	**(126.868)**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(13.511)	(118.015)
Títulos e valores mobiliários	(50.709)	(5.931)
Relações interfinanceiras	(4)	–
Outros créditos	(2.442)	65
Outros valores e bens	802	(2.987)
Aumento (redução) nos passivos	**60.033**	**120.304**
Depósitos	–	113
Relações interfinanceiras	62.953	118.744
Outras obrigações	(2.920)	1.447
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(2.186)**	**(4.076)**
Aumento de investimentos	–	–
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(2.186)	(4.076)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**–**	**(223)**
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES)	–	(223)
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(455)**	**(10)**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (reapresentado)	464	86
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	9	76
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**(455)**	**(10)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**37.308**	**4.053**	**4.195**	**–**	**45.556**
Sobra líquida do semestre	–	–	–	3.451	3.451
Saldos em 30 de junho de 2017	**37.308**	**4.053**	**4.195**	**3.451**	**49.007**
Saldos em 1º de janeiro de 2016	**47.747**	**4.053**	**4.530**	**1.120**	**57.450**
Aumento de capital social com reserva legal	1.232	–	(1.232)	–	–
Destinação sobras à reserva legal	–	–	897	(897)	–
Sobra líquida do semestre	–	–	–	7.503	7.503
Destinação de sobras ao FATES	–	–	–	(223)	(223)
Saldos em 30 de junho de 2016	**48.979**	**4.053**	**4.195**	**7.503**	**64.730**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED LTDA. - UNICRED DO BRASIL**, foi constituída por cooperativas centrais e integrantes do Sistema UNICRED em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo - SP, com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar e coordenar as atividades das cooperativas centrais associadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das suas associadas. A Confederação iniciou em dezembro de 2012 programa de unificação da TI do Sistema UNICRED em conjunto com suas associadas. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que o investimento fosse financiado com recursos oriundos do Fundo Garantidor (FG). Em 30 de junho de 2017 remanesce o montante de R$ 26.327, substancialmente alocado entre gastos para desenvolvimento e aquisições de licenças de uso de softwares, plataforma de comunicação e implantação de internet banking e demais gastos relacionados às suas implantações, registrado na rubrica de "Outros devedores projeto - TI "(nota 7) em contrapartida da rubrica "Credores diversos país - Contas a pagar cooperativas - Projeto TI" (nota 13 ii). Esses projetos sistêmicos em 30/06/2017 passam por um processo de levantamento e avaliação dos gastos e regramento interno para a adequação dos registros contábeis relacionados aos projetos concluídos e em andamento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen para aplicação até a data do balanço (CPC 00, 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27 e 33). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela Administração em 23 de Agosto de 2017. **Reapresentação de informações comparativas:** Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa em 30 de junho de 2016, incluídos na nota explicativa 3, e em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, parte integrante dos saldos apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, respectivamente, estão sendo reapresentados para fins de atendimento aos requisitos previstos na Resolução 3.604 do BACEN. Os impactos estão apresentados no quadro abaixo:

	Valor original	Ajuste	Valor reapresentado
Demonstração do Fluxo de Caixa - 1º Sem. 2016			
(Aumento) redução aplicações interfinanceiras de liquidez	1.312	(119.327)	(118.015)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	–	(5.931)	(5.931)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	361.655	(361.569)	86
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	486.903	(486.827)	76
Demonstração do Fluxo de Caixa - 2º Sem. 2016			
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	512.477	(512.013)	464
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa			
Total	486.903	(486.827)	76

b. Descrição das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos semestres apresentados, salvo disposição em contrário. **b.1 Apuração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. **b.2 Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. **b.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários livres de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e apresentam risco significante de mudança no valor justo. **b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **b.5 Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração da Cooperativa, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos. **b.6 Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas. **b.7 Imobilizado de uso:** As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. **b.8 Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos em softwares, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. **b.9 Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado, intangível e outros ativos sujeitos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment). **b.10 Relações interfinanceiras - passivo:** Representam o montante dos recursos das associadas (cooperativas centrais) centralizados pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. **b.11 Demais ativos e passivos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **b.12 Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **b.13 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão e divulgação. **b.14 Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. **b.15 Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC 03 e Bacen. **b.16 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, quando incorridos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 15% até setembro/2015 e 17% a partir de outubro de 2015, conforme Lei 13.169/2015. A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: As disponibilidades e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2017	2016 Reapresentado
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	9	76
	9	**76**

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ:

Descrição	2017 Circulante	2016 Circulante
Letras Financeiras do Tesouro	34.995	58.998
Letras do Tesouro Nacional	46.429	35.905
Notas do Tesouro Nacional	19.998	50.997
	101.422	**145.900**

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN) estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e são lastro de operações compromissadas, podendo ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa. As operações compromissadas (Selic Over) são ajustadas pela taxa de mercado contratadas em cada operação. No primeiro semestre de 2017 foram registrados os rendimentos em resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R$ 5.725 (R$ 2.670 em 2016).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

Descrição	2017 Total	2016 Total
Letras do Tesouro Nacional **(i)**	326.940	151.380
Letra Financeira - privado **(ii)**	7.804	6.870
Cotas de fundo de investimento **(iii)**	140.067	182.677
	474.811	**340.927**

(i) Em 30 de junho de 2017, as LFT estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), têm seus vencimentos finais entre os períodos de 2018 a 2022, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas na categoria negociação. **(ii)** A Letra Financeira (LF) de emissão de uma instituição financeira de primeira linha foi adquirida no segundo semestre de 2015 e está custodiada na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip). Possui vencimento final no início do segundo semestre de 2022 e está classificada na categoria mantido até o vencimento, porém, pode ser negociada a qualquer momento. **(iii)** As cotas de fundos de investimentos referem-se aos fundos, BB FI RF Crédito Privado Sistema UNICRED e BB FICFI Curto Prazo Corporativo 600 MIL, administrados por uma instituição financeira de primeira linha. Referidos fundos tiveram no 1º semestre de 2017 remuneração substancial de 101% do CDI. Os fundos podem ser resgatados e os títulos podem ser negociados a qualquer momento, portanto, são considerados como equivalentes de caixa. No primeiro semestre de 2017 foram registrados os rendimentos em resultado com títulos e valores mobiliários no montante de R$ 25.017 (R$ 25.535 em 2016).

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - ATIVO:

Descrição	2017	2016
Outros sistemas de liquidação	5	1
	5	**1**

7. OUTROS CRÉDITOS:

Descrição	2017 Circulante	2017 Não circulante	2017 Total	2016 Circulante	2016 Não circulante	2016 Total
Rendas a receber	665	–	665	759	–	759
Diversos						
Adiantamento e antecipações	876	–	876	659	–	659
Devedores por depósito em garantia **(nota 10iii)**	–	109	109	–	73	73
Impostos e contribuições a compensar	1.478	–	1.478	1.151	–	1.151
Devedores Diversos País	1.627	–	1.627	661	–	661
Outros devedores projeto - TI **(i)**	26.327	–	26.327	31.859	–	31.859
Valores a receber das associadas	542	–	542	356	–	356
	31.515	**109**	**31.624**	**35.445**	**73**	**35.518**

(i) Refere-se substancialmente ao montante remanescente do projeto sistêmico para unificação da Tecnologia da Informação (TI) no Sistema UNICRED. O escopo inicial previa a migração do Sistema de Automação UNICRED (SAU) para o SAP, com o custeio do projeto sendo feito com recursos do Fundo Garantidor do Sistema UNICRED (FG), substituído pelo FGCoop (instituído pelo Bacen em 30 de outubro de 2012). Do montante contabilizado originalmente na referida rubrica, foram baixados R$ 24.478 em dezembro de 2015, em razão da paralisação do projeto de implantação do SAP e rescisão do contrato firmado com a SAP. Os valores gastos com projetos de TI, especificamente com o sistema SAP e ainda em aberto, referem-se a aquisições de licenças, consultoria e custos de viagem para desenvolvimento e realização da homologação do sistema nas unidades do Sistema UNICRED. Na data do fechamento do primeiro semestre de 2017, o status deste sistema encontrava-se como "em avaliação" na data de 30/06/2017, segundo definição da Administração da Confederação. A movimentação da rubrica, em contrapartida de "Outras obrigações - Contas a pagar Cooperativas - Projeto TI" (nota 10), foi a seguinte nos semestres:

	Saldo
Saldo em 01 de janeiro de 2017	**26.327**
Adições	–
Saldo em 30 de junho de 2017	**26.327**
Saldo em 1º janeiro de 2016	**31.065**
Adições	794
Saldo em 30 de junho de 2016	**31.859**

8. OUTROS VALORES E BENS:

Descrição	2017	2016
Despesas antecipadas **(i)**	861	3102
	861	**3.102**

(i) Refere-se a despesas antecipadas à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Cooperativa, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes.

9. INVESTIMENTOS:

Descrição	2017	2016
UNICRED Corretora	5	–
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC	–	15
	5	**15**

O quadro abaixo apresenta a movimentação nos semestres dos investimentos:

	UNICRED Corretora	CNAC	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**5**	**15**	**20**
Aumento de investimentos	–	–	–
Baixa de Investimento	–	(15)	(15)
Saldos em 30 de junho de 2017	**5**	**–**	**5**
Saldos em 1º de janeiro de 2016	**–**	**15**	**15**
Saldos em 30 de junho de 2016	**–**	**15**	**15**

10. IMOBILIZADO DE USO:

a. Composição do imobilizado:

Descrição	Taxa anual de depreciação	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Instalações	10%	82	(70)	12	5
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.432	(2.164)	1.268	3.931
Sistema de comunicação	10%	88	(30)	58	67
Sistema de processamento de dados	20%	10.501	(5.689)	4.812	1.048
Sistema de segurança	20%	3	–	3	–
		14.106	**(7.953)**	**6.153**	**5.051**

b. Movimentação do custo de aquisição e depreciação acumulada nos exercícios:

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**13.510**	**(7.078)**	**6.432**
Adições	636	(910)	(274)
Baixas	(40)	35	(5)
Saldos em 30 de junho de 2017	**14.106**	**(7.953)**	**6.153**

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2016	**7.419**	**(4.619)**	**2.800**
Adições	2.794	(530)	2.264
Baixas	(35)	22	(13)
Saldos em 30 de junho de 2016	**10.178**	**(5.127)**	**5.051**

11. INTANGÍVEL:

a. Composição do Intangível:

Descrição	Taxa anual de depreciação	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Softwares	20%	3.614	(784)	2.830	22.904
Marcas	0%	17	–	17	17
Outros ativos intangíveis	10%	9.710	(8.732)	978	–
Licença de uso	10%	39.613	(21.532)	18.081	–
(–) Provisão por desvalorização		(6.141)	–	(6.141)	–
		46.813	**(31.048)**	**15.765**	**22.921**

b. Movimentação do custo de aquisição e amortização acumulada nos exercícios:

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**45.263**	**(27.867)**	**17.396**
Adições	1.550	(3.181)	(1.631)
Baixas	–	–	–
Saldos em 30 de junho de 2017	**46.813**	**(31.048)**	**15.765**

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2016	**45.954**	**(21.508)**	**24.446**
Adições	1.282	(2.807)	(1.525)
Baixas	–	–	–
Saldos em 30 de junho de 2016	**47.236**	**(24.315)**	**22.921**

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - PASSIVO:

a. Composição do saldo:

Descrição	2017	2016
Obrigações Junto Participações de Sistemas de Liquidação	38	–
Centralização financeira **(i)**	527.105	436.915
	527.143	**436.915**

(i) Refere-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Em 30 de junho de 2017, a Confederação remunerou esses depósitos no montante de R$ 28.566 (R$ 25.627 em 30 de junho de 2016), que para efeito de apresentação da demonstração do resultado, é classificado como dispêndios da intermediação financeira. Compõe o saldo da centralização financeira o valor de R$ 10.984 de ex-associada, que pede ressarcimento do Fundo Garantidor - FG através de demanda judicial. A ação foi classificada pelos assessores jurídicos da Confederação como de risco possível, motivo pelo qual a Administração não constituiu provisão da discussão. Os depósitos estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O estatuto e o regulamento do fundo obtiveram aprovação através da Resolução CMN 4.284/2013.

b. Concentração das relações interfinanceiras:

Descrição	2017 Valor	2017 % do total	2016 Valor	2016 % do total
Maior depositante	192.565	37%	100.985	23%
Demais depositantes	334.540	63%	335.930	77%
	527.105		**436.915**	

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

Descrição	2017 Circulante	2017 Não Circulante	2017 Total	2016 Circulante	2016 Não Circulante	2016 Total
Sociais e estatutárias:						
Cotas de Capital a Pagar	8.753	–	8.753	–	–	–
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social **(i)**	78	–	78	287	–	287
	8.831	–	8.831	–	–	–
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	1.375	–	1.375	1.136	–	1.136
Diversas						
Provisão para pagamentos a efetuar	4.966	–	4.966	5.019	–	5.019
Credores diversos no País **(ii)**	30.070	–	30.070	37.213	–	37.213
Instrumento de dívida elegível **(iv)**	7.744	–	7.744	6.842	–	6.842
Provisão para passivos contingentes **(iii)**	–	1.519	1.519	–	1.256	1.256
	42.780	1.519	44.299	49.074	1.256	50.330
	52.986	**1.519**	**54.505**	**50.497**	**1.256**	**51.753**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 14 b). **(ii)** Em 30 de junho de 2017 e 2016, o saldo é composto pelas seguintes rubricas:

Descrição	2017	2016
Contas a Pagar Cooperativas -Projeto TI **(nota 7 i)**	26.327	31.518
Fundo Garantidor (FG) ex-associadas	–	2.123
Outros Credores diversos	3.743	3.572
	30.070	**37.213**

(iii) A Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de naturezas tributária, cível e reclamações trabalhistas. A Confederação possui ação na área tributária federal, que visa declarar a não incidência das contribuições ao PIS e COFINS, sobre o ato cooperativo (sistema operacional cooperativo), cujas exigibilidades se encontram suspensas por força de depósitos judiciais nos autos do Mandado de Segurança. Referido processo encontra-se em andamento. Sobre esse assunto, em novembro de 2011, a Confederação recebeu autuação da Receita Federal do Brasil referente à suposta tributação sobre as rendas de aplicações financeiras, abrangendo os exercícios de 2006, 2007 e 2008, valor de R$446, devidamente atualizados pela Selic até 30 de junho de 2017. Os autos de infração foram contestados administrativamente pela Confederação, alegando em síntese, a não incidência dos tributos federais sobre o ato cooperado de acordo com o teor do disposto no artigo 79 da Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Ainda, foi constituída provisão no montante de R$ 210 (R$ 192 em 2016) por falta de entrega da DIMOF - Declaração de Informações sobre Movimentações Financeiras de anos anteriores, devidamente atualizados pela Selic até 30 de junho de 2017. Por fim, em caso de insucesso das defesas administrativas do PIS, COFINS e da DIMOF, ainda cabe discussão posterior na esfera judicial por parte da Confederação. Existem depósitos judiciais de R$ 78 (R$ 73 em 2016), registrados em contrapartida de outros créditos do ativo não circulante (nota 7), devidamente atualizados pela Selic até 30 de junho de 2017 para o PIS e COFINS. As movimentações das provisões e dos depósitos foram as seguintes:

	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**76**	**703**
Depósitos realizados/constituição de provisão	33	816
Saldo em 30 de junho de 2017	**109**	**1.519**

	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**70**	**667**
Depósitos realizados/constituição de provisão	3	589
Saldo em 30 de junho de 2016	**73**	**1.256**

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos. **(iv)** Emissão de letra financeira com cláusula de subordinação para compensação de capital nível II, que teve a finalidade de constituição de patrimônio de referência para suportar o índice de imobilização, em substituição à integralização de capital, dado que é uma necessidade temporária, devido a depreciação do imobilizado. **Passivos contingentes:** A Cooperativa possui 3 ações de natureza cível e doze ações de reclamatória trabalhista, onde a UNICRED do Brasil é Ré, com probabilidade de perda Possível, mas não provável, discutidas na esfera judicial, no valor de R$ 3.867, em 30 de junho de 2017.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: É representado pelas integralizações de capital social de quatro centrais em 30 de junho de 2017 e cinco centrais em 30 de junho de 2016. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes. **b. Destinações legais e estatutárias:** Das sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, é destinado: 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa; e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 13 i). **c. Sobras acumuladas:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2017, foram aprovadas as demonstrações financeiras, as destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2016, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

15. INGRESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Descrição	2017	2016
Serviços de Compensação	1.588	1.669
	1.588	**1.669**

16. DISPÊNDIOS COM PESSOAL E HONORÁRIOS:

Descrição	2017	2016
Dispêndios de honorários	(793)	(1.018)
Dispêndios de pessoal - benefícios	(2.897)	(2.904)
Dispêndios de pessoal - encargos	(4.267)	(4.158)
Dispêndios de pessoal - proventos	(12.139)	(11.470)
Dispêndios de pessoal - treinamento	(100)	(207)
Dispêndios de pessoal - estagiário	(20)	(9)
	(20.216)	**(19.766)**

17. OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS:

Descrição	2017	2016
Dispêndios com serviços	(1.905)	(6.219)
Dispêndios com aluguéis	(935)	(698)
Dispêndios com comunicações	(322)	(1.291)
Dispêndios com promoções e publicidade	(290)	(419)
Dispêndios com processamentos	(4.729)	(1.962)
Dispêndios com viagens	(611)	(1.078)
Dispêndios de depreciação e amortização	(4.091)	(3.337)
Outros dispêndios administrativos	(716)	(1.986)
	(13.599)	**(16.990)**

18. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS:

Descrição	2017	2016
Taxa de Contribuição **(i)**	28.596	36.389
Ressarcimento de dispêndios administrativos **(ii)**	15	392
Rendas FG UNICRED do Brasil	1.889	–
Reversão de Despesas Administrativas	712	–
Outros ingressos operacionais	66	1.821
	31.278	**38.602**

(i) Destinadas ao ressarcimento das despesas da Confederação pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependências com as suas associadas, visto que seu custo é reembolsado por elas. **(ii)** Refere-se a reembolso de despesas das associadas que ora foram assumidas pela Confederação e também de reembolso das despesas do Projeto de TI custeado pela Unidade de Porto Alegre até o resgate do FG.

19. SEGUROS CONTRATADOS: A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para os equivalentes de caixa e relações interfinanceiras. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

21. PARTES RELACIONADAS: A Confederação tem como missão desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas para implantação pelas Centrais do Sistema UNICRED, visando à padronização dos processos, ganhos em escala, normatização e a defesa da marca UNICRED, buscando tornar o sistema uno, sólido e integrado em nível nacional. **a. Cooperativas centrais associadas:** Na relação das associadas com a Confederação existem direitos e deveres que necessitam ser observados. Dentre os direitos destacamos: propor ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral medidas de interesse geral ou da própria cooperada; votar e concorrer, nos termos dispostos neste Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Confederação; demitir-se da Confederação quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Confederação estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos. Dentre os deveres destacamos: subscrever e realizar as cotas partes do capital social na Confederação; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Confederação; participar da constituição do Fundo Garantidor do Sistema UNICRED (FG), dentre outros. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica e estão assim resumidas em 30 de junho de 2017 e 2016:

	2017	2016
Ativo	**576.233**	**486.827**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	101.422	145.900
Títulos e valores mobiliários	474.811	340.927
Passivo	**527.105**	**436.915**
Centralização financeira - cooperativas	527.105	436.915
Receita	**30.742**	**28.205**
Ingressos da intermediação financeira	30.742	28.205
Despesa	**(28.566)**	**(25.627)**
Dispêndios da intermediação financeira	(28.566)	(25.627)

O rateio das despesas de funcionamento da Confederação em 30 de junho de 2017 e 2016 foi de R$ 28.596 e de R$ 36.389, respectivamente (nota 16). Abaixo demonstramos a evolução da centralização financeira durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016:

	Depósitos no FG	Centralização Financeira	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**19.813**	**444.377**	**464.190**
Rendimentos gerados e depósitos efetuados	1.635	2.501.415	**2.503.050**
Resgates efetuados pelas centrais	(1.889)	(2.438.246)	**(2.440.135)**
Saldo em 30 de junho de 2017	**19.559**	**507.546**	**527.105**

	Depósitos no FG	Centralização Financeira	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**21.416**	**296.755**	**318.171**
Rendimentos gerados e depósitos efetuados	4.192	247.793	**251.985**
Resgates efetuados pelas centrais	(2.903)	(130.338)	**(133.241)**
Saldo em 30 de junho de 2016	**22.705**	**414.210**	**436.915**

b. Remuneração paga aos administradores: Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente, é estabelecido a remuneração para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal. Para cada representação da Confederação, os ocupantes de cargos de Presidência e Vices recebem as cédulas de presença, sendo estabelecido o limite máximo de 10 (dez) cédulas de presença por mês para todos os ocupantes de cargos executivos. Nas substituições, o substituto poderá receber pelo substituído desde que dentro da média estipulada de 10 (dez) cédulas de presença mensais. O caso que ultrapassar o limite de cédula deverá ser apresentado ao Conselho de Administração para deliberar o pagamento.

Descrição	2017 Conselho de Administração	2017 Conselho Fiscal	2016 Conselho de Administração	2016 Conselho Fiscal
Despesas				
Despesa com honorários	746	47	974	44

22. ÍNDICE DA BASILEIA: As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades, igual ou superior ao mínimo de 11% do Patrimônio de Referência Exigido ("PRE"). Em 30 de junho de 2017, o patrimônio líquido da Cooperativa está compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índice de Basileia de 52,63%. Em 2016, o índice era de 64,29%, cujo Patrimônio Líquido apresentava-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme demonstrativo abaixo:

	2017	2016
RWACPAD (Riscos de Crédito)	62.881	82.764
RWAMPAD (Riscos de Mercado)	771	3.555
RWAOPAD (Risco Operacional)	33.959	24.914
Total Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**97.611**	**111.233**
PR MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	9.029	10.984
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN	42.346	60.530
Patrimônio de Referência	**51.375**	**71.514**
Índice de Basileia	**52,63%**	**64,29%**

23. RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DA COOPERATIVA. a. Risco operacional: Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.380/06, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco Operacional compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. **b. Risco de mercado:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.464/07, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. **c. Risco de crédito:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.721/09, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição, e que tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Além da apuração gerencial do risco de crédito, é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito na forma simplificada (RWARPS), parcela que compõe o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco) e base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4.194/13. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição. **d. Risco de liquidez:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 4.090/12, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à: I - A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e II - A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. **e. Risco Socioambiental:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 4.327/14, esta Cooperativa está em fase de implantação da estrutura de gerenciamento de risco socioambiental compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, conforme a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e os planos de ação que foram aprovados pelo Conselho de Administração da Confederação em junho de 2015. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. **f. Gestão de capital:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.988/11, esta instituição implantou estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, e que tem por objetivo o processo continuo de: I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e III - Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. **g. Gestão de Continuidade de Negócios:** Gestão de Continuidade de Negócio (GCN) faz parte do projeto de Gestão de Riscos, sendo coordenado pela Confederação. De forma geral, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios do sistema UNICRED contém os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos mais críticos no caso de ocorrência de eventuais interrupções. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. **h. Segurança da Informação:** Alinhada às melhores práticas, esta instituição implantou a estrutura com o objetivo de formalizar as diretrizes da Segurança da Informação do Sistema UNICRED, visando à proteção dos ativos de informação com eficiência e eficácia, de modo seguro e transparente, garantindo a disponibilidade, integridade, autenticidade, legalidade e sigilo das informações neles contidas. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição.

24. COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS: As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Garantias prestadas em operações de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central	391	–
Total	**391**	–

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados, em que a cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

Fernando Aurélio Fagundes Motta - Diretor Executivo - CPF 713.810.317-49

Alexandre Vinicius Glicerio Pereira - Contador - CRC MG- 047022/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED LTDA. - UNICRED DO BRASIL -** São Paulo/SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED LTDA. - UNICRED DO BRASIL ("Confederação"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 7 (i), a Confederação mantem capitalizados determinados custos com projeto sistêmico para unificação da Tecnologia da Informação no Sistema UNICRED, cujo saldo em 30 de junho de 2017 monta R$ 26.327 mil. A administração da Confederação vem realizando levantamento dos gastos e regramento interno para a adequação dos registros contábeis relacionados aos projetos sistêmicos concluídos e em andamento. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil dos ativos relacionados a tais projetos em 30 de junho de 2017 em razão do estágio atual da referida análise. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores e possíveis efeitos a serem reconhecidos em contas do Intangível e do resultado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Confederação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos - Auditoria de valores correspondentes a períodos anteriores

Os exames das demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reclassificação contábil na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa, descrita na Nota Explicativa 2b, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria com ênfase sobre processo de revisão da Administração sobre projeto sistêmico para unificação da tecnologia da informação e baixa contábil parcial do projeto, com data de 05 de agosto de 2016, e com modificação quanto a impossibilidade de concluir sobre a adequação dos saldos ativos relativos aos projetos de tecnologia sistêmicos concluídos e em andamento, com data de 24 de fevereiro de 2017, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Confederação referentes ao semestre e exercício findos naquelas datas, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre aquelas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Confederação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Confederação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Confederação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Confederação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 23 de Agosto de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/F-6

Dario Ramos da Cunha
Contador - CRC - 1SP214144/O-1